

**INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO -
CENTEC**

CNPJ: 03.021.597/0001-49

**Demonstrações contábeis dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
acompanhadas do Relatório dos Auditores
Independentes.**

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO - CENTEC
CNPJ: 03.021.597/0001-49

Demonstrações contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Acionistas e Administradores da
INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO - CENTEC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, que compreendem o balanço patrimonial as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 4 de Maio de 2018

CONTROLLER AUDITORIA E ACESSORIA CONTÁBIL S/S

CRC (CE) 232-J

CNPJ (MF) 23.562.663/0001-03



FRANCISCO MOISÉS DE ALMEIDA GOMES

DIRETOR TÉCNICO

CONTADOR CRC(CE) Nº 12.837

CNAI Nº 2.011

C.P.F. : 575.694.793-00

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em Reais

	Notas Explicativas	31/12/17	31/12/16
ATIVO			
CIRCULANTE		43.060.530,98	27.820.044,13
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.1	31.483.019,36	24.848.266,90
CRÉDITOS A RECEBER		11.565.603,48	2.959.759,82
CONTAS A RECEBER	3.2	8.869.564,35	68.968,00
VALORES A RECUPERAR	3.3	775.608,23	806.014,70
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		169,68	217,05
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	3.4	1.452.558,04	2.075.133,62
RECEITAS A FATURAR		422.497,06	-
DEVEDORES DIVERSOS		-	5.110,00
BLOQUEIOS JUDICIAIS		45.206,12	4.316,45
ESTOQUES		11.908,14	12.017,41
ALMOXARIFADO	3.5	11.908,14	12.017,41
NÃO CIRCULANTE		2.351.652,07	2.522.219,97
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		346.067,78	264.636,73
DEPÓSITOS JUDICIAIS	4.1	346.067,78	264.636,73
IMOBILIZADO	4.2	2.005.584,29	2.257.583,24
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS		9.892.479,74	9.885.056,04
IMÓVEIS S/ RESTRIÇÃO		455.797,25	455.797,25
MÓVEIS S/RESTRIÇÃO		2.459.312,78	2.451.889,08
IMÓVEIS C/ RESTRIÇÃO		2.755.982,53	2.755.982,53
MÓVEIS C/ RESTRIÇÃO		4.221.387,18	4.221.387,18
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS		(7.886.895,45)	(7.627.472,80)
TOTAL DO ATIVO		45.412.183,05	30.342.264,10

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Em Reais

	Notas Explicativas	31/12/17	31/12/16
PASSIVO			
CIRCULANTE		32.672.875,06	15.816.282,64
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS		70.227,32	153.697,11
EMPRÉSTIMOS E FINANC. BANCÁRIOS		86.246,41	113.889,13
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	5.1.1	2.854.910,93	12.236,50
ORDENADOS E SALÁRIOS	5.1.2	4.520.065,83	10.446,50
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.2	469.578,67	7.456,46
PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS	5.3	10.910.650,47	11.597.057,84
OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR		1.338.246,19	279.327,00
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO		104.932,71	3.292,62
VALORES A REGULARIZAR		-	36,55
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	5.4	8.840.656,68	473.157,29
PROVISÕES TRABALHISTAS E CÍVEIS	5.5	1.437.328,51	1.125.654,30
DISSÍDIOS A PAGAR		2.040.031,34	2.040.031,34
NÃO CIRCULANTE		-	246.022,32
OUTRAS CONTAS A PAGAR		-	10.939,30
INSS A RECOLHER - DIFERENÇA FAT		-	221.222,65
RECURSOS DE CONVÊNIO EM EXECUÇÃO	6.1	-	13.860,37
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.739.307,99	14.279.959,14
PATRIMÔNIO SOCIAL		14.278.700,24	12.156.262,76
DOAÇÕES		1.258,90	1.258,90
SUPERAVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	8.2	(1.540.651,15)	2.122.437,48
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		45.412.183,05	30.342.264,10

Fortaleza, 31 de Dezembro de 2017

Silas Barros de Alencar
Presidente

Regina Cláudia Xavier Nascimento
Contadora CRC 11834/0-5



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas Explicativas	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS		112.090.088,81	113.157.289,90
Com Restrição		110.994.562,78	111.667.288,98
Programa (Atividades) de Educação	7.1	106.049.781,76	105.880.290,71
Gratuidades	9.1	2.475.326,98	2.142.002,18
Trabalho Voluntário	9.2	451.228,41	422.764,16
Redimentos Financeiros	7.1	2.022.199,30	3.308.985,93
Devolução de Receitas		(3.973,67)	(86.754,00)
Sem Restrição		1.095.526,03	1.490.000,92
Receitas de Serviços Prestados	7.1	995.620,74	1.261.361,04
Rendimentos Financeiros	7.1	91.774,47	159.956,26
Outros Recursos Recebidos		8.130,82	68.683,62
Devolução de Outras Receitas		-	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(81.252.838,73)	(78.173.400,25)
Com Programas (Atividades)		(81.252.838,73)	(78.173.400,25)
Educação		(78.326.283,34)	(75.608.633,91)
Gratuidades	9.1	(2.475.326,98)	(2.142.002,18)
Trabalho Voluntário	9.2	(451.228,41)	(422.764,16)
RESULTADO BRUTO		30.837.250,08	34.983.889,65
DESPESAS OPERACIONAIS		(32.252.072,11)	(32.747.093,51)
Administrativas	7.2	(4.582.988,76)	(3.433.414,83)
Com Pessoal		(20.521.028,28)	(21.719.824,50)
Encargos Sociais		(6.097.425,48)	(6.470.508,50)
Despesas Tributárias		(58.810,21)	(50.212,87)
Aluguéis		(272.512,95)	(179.878,99)
Manutenção		(67.397,50)	(105.347,44)
Depreciação		(259.422,65)	(392.500,21)
Perdas Diversas		(700,00)	(5.300,00)
Outras despesas/receitas operacionais		(391.786,28)	(390.106,17)
DESPESAS FINANCEIRAS		(125.829,12)	(114.358,66)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS (LÍQUIDO)			
SUPERAVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	8.2	(1.540.651,15)	2.122.437,48

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2017
 (Valores Expressos em Reais)

DESCRIÇÃO	Patrimônio Social	Doações	Superávit ou Déficit do Exercício	TOTAL
Saldos em 31.12.2015	11.170.471,23	1.258,90	676.003,70	11.847.733,83
Incorporação do superávit/déficit ao Patrimônio	676.003,70	-	(676.003,70)	-
Superávit do Exercício	-	-	2.122.437,48	2.122.437,48
Ajustes de Exercícios Anteriores	309.787,83	-	-	309.787,83
Saldos em 31.12.2016	12.156.262,76	1.258,90	2.122.437,48	14.279.959,14
Incorporação do superávit/déficit ao Patrimônio	2.122.437,48	-	(2.122.437,48)	-
Déficit do Exercício	-	-	(1.540.651,15)	(1.540.651,15)
Saldos em 31.12.2017	14.278.700,24	1.258,90	(1.540.651,15)	12.739.307,99

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Silas Barros de Alencar
 Presidente

Regina Cláudia Xavier Nascimento
 Contadora CRC 11834/0-5



CENTEC - INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO
 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

MÉTODO INDIRETO

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit (Déficit) do Período	(1.540.651,15)	2.122.437,48
Ajustes por:		
(+) Depreciação	259.422,65	392.500,21
(+) Ajuste do exercício Anterior	-	309.787,83
(+) Doações	-	-
Superávit (Déficit) Ajustado	(1.281.228,50)	2.824.725,52
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes		
Contas a Receber	(8.800.596,35)	(33.050,00)
Adiantamentos a Empregados	47,37	186,19
Receitas a Faturar	(422.497,06)	-
Valores a Recuperar	30.406,47	(93.809,57)
Despesas Antecipadas	622.575,58	583.478,42
Almoxarifado	109,27	47.097,76
Outros Valores a Receber	(35.779,67)	(5.110,00)
Aumento (Diminuição) nos Ativos Não Circulantes		
Depósito Judicial	(81.431,05)	(259.470,78)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes		
Fornecedores de bens e serviços	(83.469,79)	(91.194,12)
Obrigações Sociais	2.842.674,43	(3.072.834,84)
Ordenados e Salários	4.509.619,33	(360.109,02)
Provisões Trabalhistas e Cíveis	311.674,21	357.112,65
Obrigações Tributárias	462.122,21	(417.445,10)
Provisão de Férias e Encargos	(686.407,37)	732.373,62
Consignação em Folha de Pagamento	101.640,09	(104.281,51)
Convênios Valores-Vinculados	-	(101.735,39)
Adiantamentos de Cliente	8.367.499,39	472.897,29
Dissídios a Pagar	-	-
Outras Obrigações a Pagar	1.058.882,64	(75.659,53)
Aumento (Diminuição) nos Passivos Não Circulantes		
Outras Contas a Pagar	(10.939,30)	-
Parcelamento de INSS a Recolher	(221.222,65)	(287.010,84)
Recursos de Convênios em Execução	(13.860,37)	234,12
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	6.669.818,88	116.394,87
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(7.423,70)	(36.379,60)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(7.423,70)	(36.379,60)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(27.642,72)	95.125,47
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	(27.642,72)	95.125,47
(=) Aumento/Diminuição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	6.634.752,46	175.140,74
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	24.848.266,90	24.673.126,16
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	31.483.019,36	24.848.266,90

Silas Barros de Alencar
 Presidente

Regina Cláudia Xavier Nascimento
 Contadora CRC 11834/0-5

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

01. CONTEXTO OPERACIONAL

Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Fortaleza, e tem por objetivo promover a Educação Tecnológica de Qualidade. Exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão, e é reconhecida por atender à demanda da sociedade em áreas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

77

O CENTEC foi criado em 09 de março de 1999 e qualificado como Organização Social em 29 de junho de 2000 pelo decreto nº 25.927; seu estatuto está em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 9.637 de 15 de maio de 1998, e com a Lei Estadual nº 12.781 de 30 de dezembro de 1997; lei das Organizações Sociais, mantendo contratos de gestão com o Governo do Estado do Ceará, através da SECITECE e SEDUC.

O CENTEC para cumprir sua missão, declara em seu art. 5º os seguintes objetivos:

- I. Atuar como centro de Referência, formando técnicos de nível médio e superior em áreas estratégicas, visando ao desenvolvimento hidro-agrícola, agro-industrial, eletromecânico, sócio econômico e ambiental do Estado do Ceará;
- II. Preparar mão de obra especializada para atender às demandas regionais, realizar treinamentos e cursos de curta duração;
- III. Projetar, construir, operar, manter e expandir os prédios e as instalações físicas e de serviços colocados sob sua responsabilidade e gerenciados pelo Poder Público, sendo iniciativa ou desenvolvidas por ele próprio, conforme as necessidades de ensino, pesquisa e outras atividades;
- IV. Desenvolver estudos, projetos e pesquisas de natureza básica, aplicada e tecnológica nas áreas de sua competência e afins;
- V. Difundir e transferir as tecnologias geradas/adaptadas a partir das demandas, analisando a aplicabilidade na solução dos problemas regionais;

- VI. Contribuir para o aprimoramento da indústria nacional, colocando à disposição da mesma seu corpo de pesquisadores e técnicos e as instalações sob sua responsabilidade e gerenciamento e buscando empresas nacionais qualificadas para participar das etapas de construção, operação e manutenção de equipamentos do CENTEC, bem como executando ou participando de projetos de pesquisa e desenvolvimento de interesse comum;
- VII. Desenvolver, gerar, licenciar tecnologias, exportar e/ou importar materiais, componentes, equipamentos e serviços de alta tecnologia para cumprir sua missão, por seus próprios meios ou em parceria com centros de pesquisa e/ou empresas nacionais e estrangeiras.
- VIII. Os programas desenvolvidos pelo Instituto Centec beneficiam cerca de **64.898** pessoas, sendo estas, beneficiadas com os Contratos de Gestão Secitece, EMI e E-Jovem, divididas da seguinte maneira:
 - Contrato de Gestão SECITECE – **12.886** pessoas;
 - Contrato de Gestão EMI – **49.627** pessoas;
 - Contrato de Gestão E-Jovem – **2.385** pessoas.

Estrutura Administrativa

A estrutura Administrativa é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Ao Conselho de Administração incumbe a função deliberativa e fiscalizadora superior para definir o planejamento estratégico e realizar a coordenação, o controle, a avaliação e a fixação de diretrizes fundamentais para o funcionamento do Instituto CENTEC. O Conselho de Administração, constituído por 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, de notória capacidade e reconhecida idoneidade moral, terá a seguinte composição:

I - 02 (dois) representantes do Poder Público Estadual, abaixo definidos:

- a) Um representante da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE;
- b) Um representante da Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC;

II - 02 (dois) representantes de entidades da sociedade civil;

III – 01 (um) membro eleito pelos demais integrantes do Conselho, dentre pessoas de notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral;

IV - 02 (dois) membros representantes dos empregados do CENTEC, eleitos em Assembleia Geral, sendo 01 (um) representando o corpo docente e 01 (um) representando o corpo técnico administrativo.

A Diretoria Executiva será dirigida por um Diretor Presidente e até três diretores, cabendo-lhes promover, executivamente, os objetivos institucionais, no qual será designado pelo Conselho de Administração

podendo ser reconduzido a cada 02 (dois) anos, permitida a sua permanência por um período máximo de 08 (oito) anos.

Os demais diretores serão indicados pelo Diretor Presidente e aprovados pelo Conselho de Administração, podendo ser destituídos a qualquer tempo, mediante requisição do Diretor Presidente ou de quaisquer membros do Conselho com aprovação do respectivo Conselho.

O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira do Instituto será constituído por 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, tendo mandato de um ano, sendo permitida uma recondução por igual período.

02. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram preparadas pela Administração do Instituto, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002- Instituto sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2.000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 – Instituto sem finalidade de lucros.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Incluem os saldos da conta de Fundo Fixo e Fundos Especiais que se referem aos adiantamentos concedidos aos funcionários para realização de despesas diversas, tais como pequenas compras, para posterior acerto de contas; Banco Conta Movimento; Aplicações de Liquidez Imediata que são registradas pelo valor de aplicação, acrescidos os rendimentos auferidos e Banco Contas Vinculadas;

- b) Os Direitos e Obrigações foram demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis em real, acrescido, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros;
- c) Apuração dos Resultados - A classificação e registro contábil dos eventos econômicos deram-se em conformidade com o regime de competência tanto para as receitas como para as despesas e seguindo as demais normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Sendo registradas pelo Regime de Caixa as Receitas relativas a Inscrições de Vestibular, Mensalidades de Cursos e Aluguéis de Sala;
- d) Isenções e benefícios fiscais – O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza de isenção do Imposto Renda e Contribuição Social de acordo com o Artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Ele goza também de isenção do imposto municipal ISSQN;
- e) Almojarifado - As quantidades físicas e financeiras dos itens constantes no Almojarifado são determinadas pelas movimentações registradas no sistema de almojarifado, avaliadas pelo custo médio;
- f) Imobilizado - Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 4.2.
- g) Déficit do exercício – Resultado negativo das operações realizadas pelo Instituto Centec.

03. ATIVO CIRCULANTE

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras possuem liquidez imediata e estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento das Demonstrações Financeiras.

Descrição	2017	2016	
Caixa – Fundo Fixo	3.942,35	16.338,55	
Banco c/Movimento – Recursos s/Restrições	879,90	2.259,70	
Banco c/Movimento – Recursos c/Restrições	254.125,79	1.132.359,86	
Aplicações Financeiras – Recursos s/Restrições	938.817,78	2.230.000,10	(1)
Aplicações Financeiras – Recursos c/Restrições	30.285.253,54	21.467.308,69	(1)
Total	31.483.019,36	24.848.266,90	

Observações: (1)

Descrição	2017	2016	
APLIC BB c/c: 122.666-5 F. RES. SEDUC EMI	16.851.256,98	12.596.857,63	(a)
APLIC BB c/c: 137.844-9 EMI	7.991.117,63		
APLIC BB c/c: 35.828-2 EMI	0,00	7.404.300,60	(b)
APLIC BB c/c: 38.758-4 SECITECE	2.298.247,72	0,00	(c)
Outras Contas	4.083.448,99	3.696.150,56	
Total	31.224.071,32	23.697.308,79	

- (a) O valor considerável aplicado nesta conta refere-se ao saldo de provisão com o fim de custear as despesas com as rescisões dos contratos de trabalho do contrato Seduc/EMI.
- (b) O valor considerável aplicado nesta conta refere-se ao saldo de provisão com o fim de custear as despesas dos contratos de trabalho do contrato Seduc/EMI.
- (c) O valor considerável aplicado nesta conta refere-se ao saldo de provisão com o fim de custear as despesas dos contratos de trabalho do contrato Secitece/Centec.

3.2. Contas a Receber

Estão apresentadas a valores de custo.

Descrição	2017	2016
Contas a Receber – Recursos s/ Restrições	11.775,60	6.845,00
Contas a Receber – Recursos c/ Restrições	8.776.371,75	-
Aluguéis a Receber	79.320,00	56.860,00
Mensalidades a Receber	1.625,00	3.375,00
Contratos de Incubação	472,00	1.888,00
Total	8.869.564,35	68.968,00

Observação: As Subvenções não foram recebidas integralmente no exercício.



3.3. Valores a Recuperar

A entidade possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução.

Descrição	2017	2016
Outros valores a Recuperar – EMI	1.000,96	69.595,58
Outros valores a Recuperar – SECITECE	0,00	7.515,19
Outros valores a Recuperar – Recurso Próprio	0,00	194,37
Outros valores a Recuperar – Recursos Diversos	0,00	4.479,51
ISS a recuperar – SECITECE	0,00	761,09
ISS a recuperar – SEINFRA	12.000,00	12.000,00
IRF s/ aplicação a Recuperar – Com restrição/Contrato	745.322,75	694.954,42
Férias Pagas a Ressarcir	0,00	90,95
Salário a Ressarcir	0,00	755,70
Mensalidades Unimed	15.287,44	13.604,25
Mensalidades Uniodonto	0,00	66,56
PIS/COFINS a Recuperar	1.822,42	1.822,42
PIS a Compensar	174,66	174,66
Total	775.608,23	806.014,70

De acordo com consulta realizada junto à Receita Federal, constatamos que as Instituições Financeiras não deveriam ter retido o Imposto de Renda na Fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras. Diante do exposto, encaminhamos correspondência às mesmas para que não mais houvesse a retenção.

Os valores referentes ao Imposto de Renda Retido s/ Aplicação foram motivo de um processo de restituição Junto à Secretaria da Receita Federal.

Durante o ano de 2015 as retenções continuaram, mesmo após a solicitação de providências jurisdicionais através da ação declaratória de obrigação de não fazer junto aos bancos, sob pena do Promovido (instituições financeiras) continuar a reter indevidamente valores das contas bancárias do Promovente (Centec), dificultando a concretização das ações cotidianas do CENTEC, no cumprimento de sua missão institucional, que hoje envolve público que depende da educação tecnológica gratuita em todo o Estado do Ceará.

A ação judicial acima mencionada continua tramitando sem que até a presente data tenha havido qualquer decisão.

Durante o ano de 2017 houve algumas retenções à qual estamos aguardando o ressarcimento pelo banco.

3.4. Despesas do Exercício Seguinte

Na conta de despesas do exercício seguinte estão registrados os valores de adiantamentos de empregados objetivando cobrir despesas de salário, férias, rescisões, vale-transportes e vale-refeição do mês subsequente.

Descrição	2017	2016
Vale-Transporte	12.138,00	13.578,20
Vale-Refeição	658.396,08	607.933,72
Férias	776.559,06	1.423.647,43
Seguro de Automóveis e Acidentes	1.816,40	1.697,82
Rescisões a Pagar	3.648,50	28.276,45
Total	1.452.558,04	2.075.133,62

3.5. Almojarifado

Os estoques existentes na data do encerramento do período de apuração foram avaliados pelo custo médio ponderado.

Descrição	2017	2016
Material de Almojarifado - C. Gestão	3.148,59	3.249,03
Material de Almojarifado - Rec. Próprio	1.284,27	1.395,69
Material de Almojarifado - Convênios	7.475,28	7.372,69
Total	11.908,14	12.017,41

04. ATIVO NÃO CIRCULANTE

4.1. Depósitos Judiciais

Os valores apresentados como Depósitos Judiciais são recolhidos pela instituição e poderão ser revertidos em benefícios da mesma mediante a decisão dos órgãos jurisdicionais.

Descrição	2017	2016
Depósito Judicial	347.684,33	243.495,25
Atualização Depósito Judicial	-1.616,55	21.141,48
Total	346.067,78	264.636,73

As atualizações dos depósitos eram corrigidos pela TR mais 1% ao mês, alteramos a correção desses valores para TR mais 3% ao ano, pois desta forma se aproxima mais do valor real calculado na liberação dos alvarás. Os valores considerados corrigidos a maior foram estornados durante o período de 2017.

4.2 Imobilizado

Os elementos integrantes do Ativo Imobilizado foram avaliados ao custo de aquisição e a depreciação dos bens foi calculada a partir das taxas orientadas pela legislação tributária vigente.

Segue a composição do saldo do Grupo:

Imobilizado (a)	2017	2016
IMÓVEIS S/ RESTRIÇÃO	455.797,25	455.797,25
Benfeitorias em Bens e Terceiros	455.797,25	455.797,25
MÓVEIS S/ RESTRIÇÃO	2.459.312,78	2.451.889,08
Veículos	248.464,00	248.464,00
Maquinas e Equipamentos	252.851,10	252.851,10
Computadores e Periféricos	1.157.422,53	1.154.549,53
Móveis e Utensílios	573.498,21	572.901,21
Instalações	234,00	234,00
Aparelho telefônico	39.913,71	38.836,41
Biblioteca	132.215,28	132.215,28
Software	7.199,97	7.199,97
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	47.513,98	44.637,58
IMÓVEIS C/ RESTRIÇÃO	2.755.982,53	2.755.982,53
Edificações	2.574.515,86	2.574.515,86

Imobilizado (a)	2017	2016
Benfeitorias em Bens e Terceiros	181.466,67	181.466,67
MÓVEIS C/ RESTRIÇÃO	4.221.387,18	4.221.387,18
Veículos	13.400,00	13.400,00
Máquinas e Equipamentos	249.039,86	249.039,86
Computadores e Periféricos	1.786.860,96	1.786.860,96
Móveis e Utensílios	1.539.944,99	1.539.944,99
Instalações	2.587,00	2.587,00
Aparelho Telefônico	37.568,99	37.568,99
Biblioteca	3.544,57	3.544,57
Software	41.690,00	41.690,00
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	546.750,81	546.750,81

Depreciações e Amortizações Acumuladas (b)	2017	2016
	-7.886.895,45	-7.627.472,80
Edificações	1.088.785,39	-985.804,63
Benfeitorias em Bens de Terceiros	402.035,69	-376.545,05
Veículos	261.864,00	-261.864,00
Maquinas e Equipamentos Diversos	431.440,89	-407.669,67
Computadores e Periféricos	2.917.237,48	-2.898.418,93
Móveis e Utensílios	2.034.635,41	-1.998.705,56
Instalações	2.821,00	-2.816,33
Aparelho Telefônico	67.769,04	-64.056,55
Biblioteca	80.956,63	-67.374,55
Software	38.355,94	-33.458,38
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	560.993,98	-530.759,15
Total (a+b)	2.005.584,29	2.257.583,24

Descrição	Taxas de Depreciação
Edificações	4%
Benfeitorias em Bens de Terceiros	4%
Veículos	10%
Maquinas e Equipamentos Diversos	10%
Computadores e Periféricos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Instalações	10%
Biblioteca	10%
Software	10%
Aparelhos e Equipamentos de Laboratório	10%

No exercício de 2017 o Imobilizado da entidade apresentou movimentação de aquisição na importância de R\$ 7.423,70 (Sete mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos) e não houve baixas, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	Aquisições	Baixas
Computadores e Periféricos	2.873,00	-
Móveis e Utensílios	597,00	-
Aparelho Telefônico	1.077,30	-
Aparelhos e equipamentos de laboratório	2.876,40	-
Total	7.423,70	-

O tempo de vida útil dos bens componentes do Ativo Imobilizado foi fixado com base nos parâmetros determinados pela legislação do Imposto de Renda. Novas normas e interpretações contábeis foram publicadas e são requeridas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011 visando à convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade.

05. PASSIVO CIRCULANTE

5.1. Obrigações com Empregados

5.1.1. Obrigações Sociais

Os valores a seguir representam os valores retidos dos colaboradores a repassar para a entidade sindical e para o INSS, e ainda a parte patronal referente aos valores de INSS, FGTS e PIS incidentes na folha de pagamentos.

Descrição	2017	2016
INSS a Recolher	2.074.092,40	12.178,17
FGTS a Recolher	673.018,97	0,00
Contribuição Sindical a Recolher	794,74	0,00
PIS a recolher	107.004,82	58,33
Total	2.854.910,93	12.236,50

5.1.2. Ordenados e Salários

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados em dezembro de 2017.

Descrição	2017	2016
Salários a Pagar	4.436.587,87	826,97
13º salário a Pagar	369,03	0,00
Rescisão Contratual a Pagar	12.016,64	2.000,64
Honorários a Pagar	0,00	7.547,13
Pensão Alimentícia	7.272,50	71,76
Estagiários a Pagar	54.169,03	0,00
Sentenças Judiciais Trabalhistas	9.650,76	0,00
Total	4.520.065,83	10.446,50

O saldo da conta 13º salário a pagar é devido ao colaborador James Anderson Sompra o qual ficamos impossibilitado de pagar devido a problemas na sua conta bancária.

5.2. Obrigações Tributárias

Os Impostos e contribuições apresentados são decorrentes da retenção sobre a Folha de Pagamento (IRRF) e sobre a Prestação de Serviços de Terceiros (ISSQN, IRRF e PIS/COFINS/CSLL), quando aplicável, e calculados com base na legislação vigente na data da ocorrência dos fatos que deram origem as obrigações.

Descrição	2017	2016
ISSQN a Recolher	10.453,57	3.555,31
IRRF a Recolher	452.645,64	926,02
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	1.458,79	1.450,02
COFINS a Recolher	4.791,42	986,59
IRRF s/ notas Fiscais a Recolher	229,25	538,52
Total	469.578,67	7.456,46

5.3. Provisões de Férias e Encargos

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31.12.2017.

Descrição	2017	2016
Provisões Gestão	792.099,38	1.207.813,68
Provisões EMI	8.971.325,10	9.230.141,71
Provisões E-JOVEM	109.073,53	117.269,67
Provisões Contratos Diversos	1.038.152,46	1.041.832,78
Total	10.910.650,47	11.597.057,84

As estimativas contábeis relacionadas às provisões de férias e encargos foram determinadas conforme a seguir:

A provisão para o pagamento das férias foi calculada na base de 1/12 avos da remuneração dos empregados que tiverem trabalhado no mínimo quinze dias o mês, cabendo ajuste do valor provisionado nos meses anteriores em virtude de reajustes salariais, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe a empresa.

A Provisão para Férias com fundamento na remuneração mensal dos empregados e no número de dias de férias a que os mesmos tiverem direito no final do período de referência, provisionando-se, também, o adicional constitucional (1/3 da remuneração normal), o abono correspondente a 10 dias, acrescidos dos encargos sociais cujo ônus cabe à empresa.

Os encargos de provisões de Férias se referem ao INSS (alíquota de 25,5%), FGTS (alíquota de 8,00%) e PIS (alíquota de 1,00%), que foram provisionados de acordo com o regime de competência.

5.4. – Adiantamento de Clientes

Descrição	2017	2016
Adiantamento de Clientes	8.840.656,68	473.157,29
Total	8.840.656,68	473.157,29

Nesta conta estão registrados os valores que foram recebidos a maior do que está proposto no cronograma de repasses. Estes valores foram objeto de aplicações financeiras no final do exercício de 2017.

Valor	CLIENTE
7.875.814,01	EMI - CTO 029/2017
159.242,67	SEAPA - CTO 001/2017
361.314,29	SECITECE FEIRA - CTO 002/2017
114.285,71	SECITECE CTTC - CTO 002/2017
330.000,00	SECITECE/UTD – CTO 002/2017
8.840.656,68	

5.5. Provisões Trabalhistas e Cíveis

Foi constituída provisão de passivos contingentes trabalhistas e cíveis sobre os processos da entidade, assim julgados de perda provável, uma vez que as ações judiciais pagas são de responsabilidade do Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC.

Provisão para Ações Trabalhistas e Cíveis	Valores
Saldo em 31 de dezembro de 2015	768.541,65
Adições	428.926,86
Reversões / Baixas	(71.814,21)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.125.654,30
Adições	826.103,99
Reversões / Baixas	(514.429,78)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.437.328,51

Existem ainda outros processos relacionados na planilha dos Advogados referentes a ações trabalhistas com prognóstico de perda possível. Estes valores no final deste exercício representam o montante de R\$ 770.643,56 (Setecentos e setenta mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos). Estes processos continuarão a ser acompanhados nos próximos exercícios.

06. PASSIVO NÃO CIRCULANTE

6.1. Recursos de Convênios em execução.

Os convênios são representados com acordos celebrados entre órgãos da Administração Pública e da Administração Privada para a consecução dos objetivos sociais para os quais a entidade se propõe. Em 2016 estavam ativos o total de 02 (dois) convênios, sendo todos celebrados com a Administração Pública, tendo sido encerrados 01 (um) durante o curso do ano. Em 2017 os convênios existentes foram encerrados.

Descrição	2017	2016
Convênio SDA/Leite	0,00	10.806,90
Convênio Cultura Milho	0,00	3.053,47
Total	0,00	13.860,37

7. Receitas /Despesas Operacionais

7.1 RECEITAS OPERACIONAIS

Nesta conta estão registradas as receitas com e sem restrição.

Descrição	2017	2016
Receitas sem Restrição	1.003.751,56	1.330.044,66
Receitas com Restrição	108.972.363,48	108.358.303,05
Receitas Financeiras sem Restrição	91.774,47	159.956,26
Receitas Financeiras com Restrição	2.022.199,30	3.308.985,93
Total	112.090.088,81	113.157.289,90

7.2. DESPESAS OPERACIONAIS

Nesta conta estão registradas as despesas por centro de custos, as quais são apresentadas de forma consolidada na Demonstração do Resultado, a saber:

Descrição	2017	2016
Administrativas	4.582.988,76	3.433.414,83
Com Pessoal	20.521.028,28	21.719.824,50
Encargos Sociais	6.097.425,48	6.470.508,50
Despesas Tributárias	58.810,21	50.212,87
Aluguéis	272.512,95	179.878,99
Manutenção	67.397,50	105.347,44
Depreciação	259.422,65	392.500,21
Perdas Diversas	700,00	5.300,00
Outras despesas/receitas operacionais	391.786,28	390.106,17
Total	32.252.072,11	32.747.093,51

Destacamos que foi registrada a importância de R\$ 1.027.992,00 (Um milhão, vinte e sete mil, novecentos e noventa e dois reais) no grupo de despesas administrativas, referente ao termo de confissão de dívida e pagamento vinculado ao contrato 43/2010 entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o Instituto Centec visto que os serviços pactuados naquele contrato não foram prestados na sua integralidade. Este valor será pago em 120 (cento e vinte) parcelas de igual valor.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Déficit Líquido do Exercício no valor de R\$ 1.540.651,15 (Hum milhão quinhentos e quarenta mil seiscientos e quinze centavos) foi levado para o Patrimônio Líquido na conta Superávit/Déficit do Período.

Para justificar a apuração desse resultado de déficit, vale ressaltar a informação de que a vigência dos contratos não coincide com o exercício social, podendo ocorrer a entrada de recursos onde só haverá as respectivas saídas no ano subsequente e vice-versa. Desta forma existem receitas que foram reconhecidas no ano de 2016, sendo que as despesas respectivas só foram realizadas no ano de 2017.

09. OUTRAS INFORMAÇÕES:

9.1. Imunidade Tributária

Tendo em vista que a Instituição não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado, aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do Imposto Renda, Contribuição Social e do imposto municipal de acordo com os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e do Código Tributário Nacional-CTN.

Foi registrado o valor referente ao ISSQN sobre as Receitas no ano de 2017, com as alíquotas de 2% e 5%, de acordo com a atividade, totalizando o valor de R\$ 2.475.326,98 (Dois milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos).

9.2. Trabalho Voluntário

Visando ao atendimento das práticas contábeis, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, especificamente a Resolução do CFC nº 1.409/12, norma ITG 2002, os valores referentes ao Trabalho Voluntário do Conselho Fiscal recebidos pelo Instituto Centro de Ensino Tecnológico foram registrados como se houvesse ocorrido desembolso financeiro com estes profissionais. O valor foi estipulado em 10% da remuneração total da Diretoria Executiva deste Instituto, como demonstrado na tabela abaixo:

Remuneração do Conselho Fiscal	
Quantidade de Membros	07
Remuneração Por Conselheiro (10%)/Ano	64.461,20
Total da Remuneração	451.228,41

Fortaleza, 31 de dezembro de 2017

Silas Barros de Alencar
Presidente

Regina Cláudia Xavier Nascimento
Contadora CRC 11834/0-5

